

A hora e a vez do

JORNAL DE BRASILIA

* 1 JAN 1984

Congresso Nacional

O assunto que dominou o ano de 83, na área política, foi sem dúvida, as eleições para o próximo Presidente da República. Seja na forma direta ou indireta, desde o dia dois de janeiro, já se começava a discutir de que forma o sucessor de Figueiredo seria escolhido. O deputado José Camargo (PDS-SP), começou neste dia, a recolher assinaturas para o projeto que pretendia apresentar na Câmara Federal, permitindo a reeleição do Presidente João Figueiredo. Ele não sabia, na ocasião, que o próprio chefe do Executivo, acabaria por "deitar por terra" a possibilidade de ficar no cargo por mais tempo do que o estabelecido quando assumiu em 1979.

Em um ano, como as opiniões podem se modificar! O hoje presidenciável, Ministro Mário Andreazza, dizia no dia 4 de janeiro, não ser candidato à Presidência da República, tentando evitar as primeiras especulações sobre o assunto.

Mas a sucessão presidencial ganhou as primeiras páginas dos jornais, principalmente pela possibilidade aberta com a eleição dos governadores oposicionistas. Um presidente eleito por via direta passou a ser uma atraente possibilidade. Para tentar concentrar nas mãos do PDS, a sucessão, o Diretório Nacional do Partido decidiu, ainda em 21 de janeiro, entregar ao próprio Presidente Figueiredo, a coordenação do processo sucessório. Eles não contavam no entanto, com as dissidências pedestras, que, mesmo apoiando o chefe do Governo, não aceitavam a hipótese de ter de "engolir" o candidato escolhido pelo Palácio do Planalto. Era o início do Grupo Participação, que deu muitas "dores de cabeça" durante todo ano ao Presidente Figueiredo.

No dia 29 de janeiro, políticos definem o perfil do sucessor de Figueiredo: civil ou militar, deve ser um homem aberto ao diálogo político. Pouco mais de um mês, exatamente a 1º de março, o Ministro da Aeronáutica, Décio Jardim de Mattos, exclui a possibilidade de um candidato militar, afirmando: o próximo presidente do Brasil será um civil, indicado por consenso.

Maluf

Esta palavra aliás, começou a fazer parte das conversas também dentro das oposições. E foi justamente o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, quem usou o termo consenso pela primeira vez, no caso das eleições presidenciais, no dia 9 de fevereiro, incluindo os partidos oposicionistas no diálogo sobre sucessão. Mas no dia 20 do mesmo mês, Tancredo iniciava a defesa das eleições diretas para todos os níveis, incluindo a presidência da República.

O primeiro candidato a se lançar, foi o ex-governador de São Paulo, eleito deputado federal pelo PDS, Paulo Salim Maluf. No dia 8 de fevereiro, ele visita o ex-presidente Emílio Médici, e afirmado a boca cheia: sucessão presidencial é tema para 1984. Mas para Maluf foi tema mesmo em 1983. Aliás, Maluf é, entre os candidatos declarados, o único que chega ao final do ano com um balanço amplamente favorável.

O "homem", indiferente às polêmicas, indiferente à contagem de votos dos convencionais, tratou de correr o país numa verdadeira maratona, fechando o ano com a distribuição de mais de 100 mil cartões de Natal, desejando Boas-Festas pra todo o mundo e, é claro, pedindo o voto e o apoio para se tornar presidente. Um sonho que alimenta com unhas e dentes.

A tese das diretas ganhou novo impulso em abril. No dia 18, o deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) apresentou emenda à Constituição, propondo as eleições diretas para presidente da República. Mas o PDS, apesar de reconhecer a importância das diretas, não pretende abrir mão do privilégio de escolher o futuro presidente, através do Colégio Eleitoral, onde tem maioria.

Ao longo dos meses, os demais presidenciáveis começam a se definir: Aureliano Chaves, vice-presidente, Marco Maciel, senador pedestre por Pernambuco, Hélio Beltrão, ministro da Previdência, e a confirmação dos nomes de Paulo Maluf e Mário Andreazza, que teria, segundo políticos do PDS, as preferências do Planalto.

Da África, às diretas

Mas foi realmente no penúltimo mês do ano, que o tema sucessão "esquentou", com as declarações do próprio Presidente Figueiredo, feitas durante sua visita à África. Figueiredo afirmou em entrevista coletiva, na Nigéria, ser favorável às eleições diretas para a Presidência da República, mas que o PDS estava contra. As palavras de Figueiredo tiveram uma enorme repercussão junto à área política, especialmente o partido do governo, que tratou de "explicar" o verdadeiro sentido das afirmações presidenciais. Afinal, o PDS não estava disposto a assumir publicamente as eleições diretas. No que aliás tinha alguma razão. O próprio presidente dava, ainda que nas entrelinhas, alguns sinais de cansaço como coordenador do processo sucessório. Na mesma entrevista em que, da África, Figueiredo falava das diretas, ele acrescentava à pergunta de um repórter sobre o fim da coordenação, em tom irônico: "Gostei dessa fim da coordenação que você disse". Mais que isso. Depois de prometer, já em dezembro, uma surpresa, ela chegou na quinta-feira passada, quando em cadeia nacional de rádio e televisão anunciou à Nação que cabia ao PDS retomar o comando do processo sucessório.

O ano chega assim ao final totalmente indefinido. O próximo presidente será escolhido por quem? Pelo Colégio Eleitoral? Os partidos de oposição terão direito a opinar, mesmo sendo o pleito indireto? Ou a oposição vai conseguir mesmo arrancar as diretas para o próximo mandato presidencial? E seus candidatos, como os governadores Tancredo Neves e Leonel

Brizola, e o próprio presidente do PMDB, Ulysses Guimarães terão alguma chance? Resta a certeza que 1984 será mais um ano de debate acalorado em torno da sucessão presidencial.

A valorização do Congresso

O Congresso Nacional atravessou o primeiro ano de uma nova sessão legislativa, com muitos pontos positivos, consequência em parte da grande renovação dos deputados, que não aceitaram ser meros espectadores do processo político-econômico-social do País.

A afirmação do Poder Legislativo fez-se notar por dois fatores principais: trabalho das Comissões Parlamentares de Inquérito, investigando assuntos como dívida externa brasileira, o envolvimento do BNH com a cedraleta de poupança Delfin, e a falência da Agropecuária Capemi. O outro fator, foi a presença destes parlamentares em votações importantes, como os decretos-lei da política salarial, editados pelo governo.

No dia 21 de setembro, é rejeitado por 252 votos a 1 (do líder do PDS, Nelson Marchezan), o Decreto-lei 2045, com o

discussões em torno de eleições diretas para Presidente da República. O novo presidente do Senado, Moacir Dalla sugere a convocação de um plebiscito nacional para que o povo responda se quer ou não as diretas.

Ao mesmo tempo, o presidente da Câmara, deputado Flávio Marcial, garante que o Congresso não aprovará eleições diretas para a sucessão de Figueiredo. Com o PDS assim discordante, a oposição, especialmente o PMDB, procura fortalecer seu programa de uma campanha nacional pelas diretas.

Teotônio

A idéia acaba passando a segundo plano, pois seu criador, Teotônio Vilella, homenageado pelo compositor Milton Nascimento, como o Menestrel das Alagoas, falece no dia 27 de novembro, em Maceió.

O senador Teotônio deixou um vazio na política nacional, afirmam políticos de todos os partidos. Seu enterro é acompanhado por 30 mil pessoas, que cantam o Hino Nacional e a música de Milton, a pedido do Cardeal Primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão, irmão de Teotônio.

No dia 2 de dezembro, com o plenário praticamente vazio, o Congresso aprova

O assunto fica em banho-maria por quase dois meses. O PDS não confirma nem nega o atendimento das propostas do PTB, entre elas, a autonomia sindical, décimo-terceiro para o funcionalismo público, 100 por cento do INPC para quem ganha até 10 salários-mínimos, e a autonomia do município de Santos. Esta acaba sendo a única reivindicação atendida, e, frente às pressões que recebe, tanto das bases partidárias, quanto dos demais partidos de oposição, o PTB não faz acordo com o PDS.

Mas é na votação do Decreto-lei 2045, no dia 9 de novembro, que o partido de Ivete Vargas responde afirmativamente ao governo, aprovando, com seus votos, as modificações na política salarial. Segundo os políticos, o PTB espera receber como "recompensa", nada menos do que um ministério. Mas acaba se contentando com cargos no segundo escalão do governo, em secretarias e empresas estatais. Balanço final do acordo: um fiasco.

Nacional

1983 foi um ano revelador da pobreza nacional. Não houve meios de esconder a fome, o desemprego e a violência estampados de norte a sul do país.

Marcio Di Pietro



O beijo de Herrmann Netto do PMDB no ex-presidente do Congresso, Nilo Coelho, que não permitiu, mesmo com o PDS em desespero, qualquer manobra do partido governista durante a votação do 2045, dia 22 de setembro.

apoiado até mesmo de deputados do Grupo Participação. O senador Nilo Coelho, presidente do Congresso, é aclamado por todos os parlamentares, e deliberadamente pelos da oposição, ao declarar, frente às pressões do PDS: "Eu não sou presidente do Congresso do PDS. Eu sou presidente do Congresso do Brasil".

A atitude de Nilo Coelho lhe valeria a vida: no dia 13 de outubro ele é internado em Brasília, vítima de infarto agudo, falecendo no dia 9 de novembro, em São Paulo, aos 63 anos de idade. Seu gesto no entanto, marcou o ano de 83 para o Congresso Nacional, reafirmando a retomada do processo de abertura do Poder Legislativo, capaz de orientar-se contra as decisões do Palácio do Planalto, quando não aceitar.

Mas a "ousadia" do Congresso não ficaria impune. No dia 19 de outubro, está na pauta de votações, o Decreto-lei 2045, editado em substituição ao 2024, rejeitado quase um mês antes. Neste dia, chegam a Brasília caravanas de trabalhadores, na maioria vindas de São Paulo, que pretendem assistir à votação. Durante a tarde, o Governo Federal decreta medidas de emergência para a cidade, alegando que estes "grupos de pessoas" estariam pressionando o Congresso Nacional para a rejeição do Decreto 2045.

De nada valeram as medidas: o decreto é rejeitado. Mas o governo não se dá por vencido. Edita ainda no mesmo dia, um novo decreto-lei, o 2064, que acaba por não ser votado, substituído no dia 26 de outubro, pelo 2065, pois o próprio PDS negava-se a votar a política salarial contida no Decreto 2064. Em votação que terminou às 4h20min do dia 9 de novembro, o Congresso aprova o Decreto 2065, com votos do PDS e do PTB.

Brasília em emergência

Apesar do movimento dos partidos de oposição, no dia 20 de outubro, pedindo o fim das medidas de emergência, por não sentirem o Congresso Nacional ameaçado, o governo não volta atrás.

As medidas tiveram um prazo de vigência de quase 60 dias, terminando somente uma semana antes do Natal. Durante este período, o fato mais significativo foi a interdição da sede da OAB, seção DF, ordenada pelo Comandante do Comando Militar do Planalto, General Newton Cruz. No dia 24 de outubro, Newton Cruz reuniu a imprensa para "explicar" a interdição, com uma frase curta, mas esclarecedora: "Queremos a cara". Tudo que ele encontrou nas fitas foi um discurso que em nada implicava a OAB e uma gravação musical.

Embora não tenham acontecido outros fatos como este, o certo é que Brasília ficou com esta marca, implantada contra a pressão justa de trabalhadores que lutavam pelos seus direitos.

O último mês de trabalhos no Legislativo é marcado pelo acirramento das

uma nova Lei de Segurança Nacional, que reduz de 40 para 22, o número de delitos previsto na nova redação. E no dia 5, último dos trabalhos legislativos, o líder do governo, Nelson Marchezan, afirma que o candidato escolhido pelo Presidente Figueiredo vencerá a sucessão presidencial.

A quatro dias do final do ano, continuam a repercutir negativamente as afirmações do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, de ser o candidato do partido à presidência da República. E são os próprios peemedebistas que pedem seu licenciamento da direção do partido, uma vez que se autolançou candidato. Outros, como o deputado Sebastião Rodrigues, consideram um "erro terrível" a atitude do presidente Ulysses. Dentro do PMDB existem outras correntes que preferiram lançar outros nomes à presidência da República.

O "caso" Juruna

E inegável o fato de que o deputado Mário Juruna (PDT-RJ) encontrou muitas dificuldades neste seu primeiro ano na Câmara Federal. A defesa da causa indígena não chegou a sensibilizar seus colegas, mais preocupados em discutir os problemas econômicos do Brasil, e a sucessão presidencial.

Brasil, e a sucessão presidencial.

Mas Juruna acabou se transformando em peça importante do Legislativo, no mês de setembro, quando chamou os ministros de "ladrões", em discurso proferido na tribuna da Câmara Federal.

No dia 28 de outubro, os ministros pedem ao presidente da Câmara, Flávio Marcial, que tome providências contra Juruna, por se sentirem "injurados e caluniados". O mínimo que os ministros queriam, era a cassação do deputado Juruna, e o próprio Presidente Figueiredo exigiu que o Legislativo determinasse uma punição.

Mário Juruna recebeu apoio incondicional de todo o País, enquanto pairava a ameaça de um impasse institucional, como em 1968, com o deputado Márcio Moreira Alves, que levou o governo a fechar o Congresso Nacional e baixar o AI-5. Mas Flávio Marcial optou por uma advertência pública, enquanto Juruna encerrava o caso dizendo: "A censura é normal na Câmara, mas não cala a boca de Juruna. Maneira de calar índio é arrancar sua língua".

Não pode ser esquecida a votação da mini-reforma tributária, a partir da aprovação da emenda Passos Porto, no dia 23 de novembro, em sessão que durou sete horas. A partir de janeiro, estados e municípios terão maior independência econômica, para gerir seus assuntos.

Desde o dia 4 de janeiro, que o acordo PDS-PTB começou a ser discutido, como uma possibilidade do governo readquirir a maioria que perdeu no Congresso Nacional, com o resultado das eleições de novembro de 82. Neste dia, o presidente do PDS, José Sarney, descartava a coalizão entre os dois partidos.

A seca nordestina e as enchentes no Sul serviram de pano de fundo para uma situação que se arrasta há anos, e que em 1983, atingiu limites insuportáveis.

Os saques no Rio de Janeiro e São Paulo, aos quais tentaram atribuir motivos ideológicos, tiveram como causa principal, a fome, pois ao longo do ano se repetiram também no interior do Nordeste, obrigando os prefeitos a distribuirem alimentos para conter os flagelados.

A natureza também não foi das mais benéficas para os brasileiros. No dia 20 de janeiro, um temporal em Belo Horizonte deixou um saldo de 20 mortes. Este número teve de ser revisto no dia seguinte quando foram computadas 60 mortes.

Enquanto isso, a cheia do rio Paraná deixava ao desabrigado, quatro mil pessoas no dia 4 de janeiro, em São Paulo. Um prenúncio do que seriam as enchentes no Sul do país, se fizesse sentir no dia 7 de janeiro, quando as chuvas mataram três pessoas em Santa Catarina.

Mas se as enchentes matavam e destruíram no Sul, a seca começava a provocar os maiores prejuízos dos seus ininterruptos cinco anos. Somente no Maranhão, 40 por cento da safra de arroz estava destruída em 19 de janeiro.

Depois de quase seis meses de chuvas, a situação no dia 8 de julho, era a seguinte: 40 mil desabrigados no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com um saldo de 14 mortos. Estavam perdidos no Rio Grande do Sul, 20 por cento da safra de soja, 30 por cento da safra de arroz e quatro mil toneladas de milho. Só no Estado de Santa Catarina, foi decretado estado de emergência em 41 municípios. Por outro lado, na Bahia, o estado de emergência era decretado para 245 municípios, devendo à seca.

Já no dia 13, as autoridades revelaram que o número de desabrigados no Sul atingia a 320 mil. O número de mortos rondava a 500. Os flagelados são atacados por animais e assaltantes. No Rio de Janeiro, presidiários doiam seu jantar para os flagelados.

As verbas do Governo Federal, no entanto, demoram a chegar, e os estados do Sul não têm meios de se lançar à reconstrução do que foi perdido, ou de proporcionar uma assistência mais eficaz aos flagelados. No dia 25 de agosto, é o próprio governador de Santa Catarina, Espírito Santo Amin, quem se dirige ao Governo Federal para reclamar que seu Estado não recebeu qualquer parcela dos Cr\$ 20,1 bilhões, prometidos como ajuda para a recuperação dos danos causados pelas enchentes.

Mas não se pode deixar de mencionar a solidariedade do povo brasileiro: foi ele que mais se mobilizou para arrecadar e enviar alimentos e roupas para os desabrigados pelas chuvas. Sem esquecer as campanhas feitas para socorrer os vitimados pela seca nordestina.